

A GEOGRAFIA DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Gleyce Assis da Silva Barbosa¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir o processo de financeirização da educação brasileira a partir da perspectiva geográfica relacionando-o ao processo de mundialização do capital. A temática aprofunda o modus operandi do sistema financeiro em curso no país, sobretudo na transição da financeirização da educação superior para a educação básica demarcando um novo estágio do setor no país. A pesquisa utilizou referencial teórico pautado em autores da economia e da geografia. O debate torna-se relevante devido a dimensão que o setor financeiro tem sob as políticas públicas do país.

Palavras-chave: financeirização da educação; mercantilização; políticas públicas.

ABSTRACT

The present research aims to discuss the process of financialization of Brazilian education from a geographic perspective, relating it to the process of globalization of capital. The theme delves into the modus operandi of the financial system underway in the country, especially in the transition from the financialization of higher education to basic education, marking a new stage for the sector in the country. The research used theoretical references based on authors from economics and geography. The debate becomes relevant due to the dimension that the financial sector has under the country's public policies.

Keywords: financialization; commoditification; public policies.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, assistimos a um vertiginoso crescimento de grandes empresas de educação. Filhas do capital nacional e mundial, essas empresas expandem-se tanto por redes físicas consolidadas na forma de filiais espalhadas pelo território quanto por redes institucionais como as de negócios por meio de fusões, aquisições, criação de novas empresas e influência. Fazem isso por meio da incorporação de escolas e universidades de pequeno, médio e grande porte, de sistemas de ensino e outros produtos e serviços. Também conseguem tecer suas teias direta ou indiretamente nos meios filantrópicos, de sociedades limitadas, familiares e até mesmo no ensino público, através de diversos mecanismos de terceirização, privatização e comercialização de produtos para o setor, por exemplo.

Embora o crescimento desses grupos na educação básica nos pareça um fenômeno recente, sua difusão está intimamente atrelada aos conglomerados do ensino superior e de outros setores

¹ Doutoranda do curso de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO – geogleyce@gmail.com

da economia, que começaram a se expandir na década de 1990 com forte apoio estatal e por meio de reformas políticas que redefiniram o papel deste transformando-o em um agente fundamental na formação de diretrizes para impulsionar a incorporação da lógica neoliberal.

Tal expansão ocorreu por meio da objetificação da educação, mercantilizando-a e transformando alunos em clientes consumidores. No âmbito do trabalho, as mudanças são nítidas e por vezes, degradantes. Antunes (2000) e Harvey (1992) afirmam que a expansão de conglomerados tem aumentado o empreendedorismo e o individualismo. Eles explicam que o deslocamento das unidades produtivas ocasionou a desconcentração geográfica das atividades e aumento do desemprego. O poder financeiro permitiu a neoliberalização das políticas públicas estatais, a profusão da exclusão social, o aumento de indivíduos sem acesso a bens básicos, a desindustrialização, que provocou a falência da estrutura fordista e agora se vê migrando para a adoção dos meios digitais e da automação através da financeirização, da volatilidade dos capitais e da indeterminação da economia, além disso, temos a reprodução social econômica provocando uma valorização e desvalorização do capital em ritmos nunca vistos antes, o que conjuntamente gera a degradação e a precarização do trabalho.

Entender a conexão desses processos, que engendram a reestruturação econômica, com a financeirização nos permite enxergar seus desdobramentos no trabalho e território. Com isso, uma questão central se impõe: de que forma o sistema financeiro influencia no sistema educacional? Analisar o contexto histórico-econômico e o papel dos agentes facilitadores desse processo pode nos dar pistas acerca das transformações que estão em curso e dos rumos da educação no cenário nacional.

Tomando como base a educação como peça fundamental da estrutura social, torna-se fundamental estudar e analisar a relação do sistema financeiro com o crescimento e a expansão dos conglomerados (edu-business) e sua dominância nesse setor. É preciso sinalizar que a expansão do mercado na educação modifica a sociedade através da captura da subjetividade humana impregnando nos estudantes a lógica do individualismo e empreendedorismo.

Essa ideologia está presente desde os anos iniciais na escola e em todos os níveis vende o conhecimento com a finalidade de ser rentável. A escola neoliberal tem como alicerce o desempenho, a eficiência e a rentabilidade. Portanto, cada indivíduo deve se ver como gestor/empreendedor de si mesmo. Em outros termos, o modelo de educação que se desenha numa lógica de competição, de mercado e sobretudo, de lucratividade aos seus acionistas e investidores influencia em todo o funcionamento e finalidade da atividade, que vai desde a escolha curricular, perpassa pelos aspectos administrativo até o impacto na atividade laboral, e consequentemente, como o produto gerado por essa atividade é o próprio ser humano, ou força

de trabalho, uma vez que a educação é uma atividade imaterial (TARDIF & LESSARD, 2009), portanto, o impacto da financeirização torna-se imensurável. O que mostra a importância de se investigar essa transformação da educação em atividade mercantil, ditada hoje pelo ritmo das bolsas de valores de diversos países e de transações firmadas em escritórios executivos.

Portanto, como objeto central dessa pesquisa temos o processo de financeirização da educação, que neste caso, será analisado através das contribuições teóricas, conceituais e metodológicas da geografia. E como objetivo, buscamos compreender o funcionamento do capital financeiro na educação básica.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse sentido, este ensaio terá como base as obras de diversos autores da economia e da geografia que discorrem sobre as bases da financeirização, especialmente sobre o processo no caso brasileiro. De forma complementar, utilizaremos Harvey (1992) e Chesnais (2005) para discorrer sobre o funcionamento do sistema capitalista mundializado e sobre o espaço como lócus das ações do mercado financeiro.

A pesquisa baseou-se em alguns dados dessas empresas disponibilizados em sites para investidores com a finalidade de ilustrar brevemente a discussão teórica apresentada aqui. Para delimitação do tema optou-se pelo recorte empírico nacional. acerca das condições de trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender o capitalismo contemporâneo não é uma tarefa simples, uma vez que ao longo de sua história ele passou por diversas transformações e continua mudando. Para entendê-lo é necessário buscar capturar a natureza dessas mudanças. Para Harvey (1992), Marx foi assertivo em suas obras, pois foi capaz de dar conta dos elementos e das relações invariáveis do capital. Ele aponta três características como pilares do capitalismo. A primeira é que o sistema está orientado em um contínuo crescimento visando a obtenção de lucros para sustenta a acumulação do capital. Assim, expande seus produtos sem preocupar-se com as consequências. A segunda, é que este crescimento se apoia sempre na exploração do trabalho vivo na produção, daí a necessidade de controlar o trabalhador, a própria produção e o mercado. Ele explica que o capitalismo está assentado em uma relação de classe entre capital e trabalho, de modo que o controle deste é essencial para o lucro, tal como a luta de classes pelo controle do trabalho é peça fundamental para o desenvolvimento do sistema. E a terceira característica é o seu caráter dinâmico, buscando sempre a inovação, o progresso, a tecnologia.

Ele afirma que na teoria marxista, essas três condições anatômicas sempre se mostram fora de um equilíbrio perfeito, pois são inconsistentes e contraditórias, o que tende a gerar constantes crises. Não há como combinar esses três sem que ocorram problemas. Ele ainda explica que além das crises, o trio produz fases periódicas de superacumulação, condição em que coexiste capital ocioso com trabalho ocioso sem que se liguem esses dois para prover as necessidades socialmente úteis. Sendo assim, o autor explica que para Marx essa tendência de superacumulação não pode ser eliminada do capitalismo, ela só é contida até certo ponto para que não ameace a ordem social do próprio sistema. Numa espécie de antropofagia o capital adota medidas políticas para controlar a acumulação que ele mesmo gera. Tais como: a desvalorização de mercadorias, da força de trabalho, do dinheiro, da capacidade produtiva, de equipamentos e instalações. No entanto, essa ação tem preço altíssimo, porque atinge amplos segmentos da classe capitalista. Assim, adotam uma desvalorização controlada e combinada com políticas deflacionárias bem administradas.

Outra medida explicada pelo autor é o controle macroeconômico feita pelo estado por meio de alguma regulação. E uma terceira ação é o deslocamento espaço-temporal do capital, de modo que, o deslocamento temporal envolve o desvio de recursos e necessidades atuais para usos futuros, chamado de aceleração do tempo de giro. No deslocamento temporal dentro da fase do capital fictício obtém-se lucros agora sobre mercadorias que nem foram produzidas.

O autor aponta que o deslocamento espacial foi a influência mais poderosa, pois se deu através de empréstimos de países ricos para pobres com a finalidade de incentivar a construção de infraestruturas, por meio da expansão das corporações do capital fictício e do Estado intervencionista, o que transformou radicalmente as economias metropolitanas passando a absorver vastas quantidades excedentes de capital e trabalho, reduzindo as barreiras comerciais entre os países, o que provocou uma revolução espacial no comércio e no investimento global.

Segundo ele, foi através desses deslocamentos que o fordismo resolveu o problema da superacumulação no pós-guerra, no entanto, o deslocamento temporal gerou um amontoado de dívidas, surtos inflacionários e criou centros geográficos de acumulação, como o sul e oeste dos EUA, o Japão, a Europa Ocidental e posteriormente os países emergentes. O que gerou competição espacial entre os antigos sistemas fordistas e os modelos mais eficientes (aqueles que adotavam o Toyotismo, por exemplo), levando paradoxalmente à desindustrialização de alguns lugares. Isso produziu uma crise do fordismo de caráter geopolítico e geográfico.

Desse modo, temos a acumulação como característica endógena do sistema. Para chegar à etapa atual, o capital transmutou-se do regime de acumulação baseado na produção para o regime de acumulação de domínio financeiro, no entanto, sem que o primeiro deixasse de

existiu, a hegemonia passou a ser dos grandes mercados financeiros internacionais. Chesnais (2005) define esse momento como “um sistema de relações econômicas e sociais internas e internacionais cujo centro é a finança e que está apoiado nas instituições financeiras e políticas do país hegemônico em escala mundial.”

Segundo o autor esse capital faz dinheiro a partir de juros de empréstimos, dividendos e outros pagamentos recebidos, ou seja, permite aos seus participantes captar recursos e capitais, transferir títulos e comercializar moedas, determinando muitas vezes o rumo da política cambial e monetária de um país. Conforme o autor, a importância que o capital financeiro adquiriu não foi alcançada pelo acaso, mas por meio de um agente fundamental, o Estado.

A desregulamentação do mercado feita pelos Estados diante da ascensão do neoliberalismo colaborou com o crescimento do sistema financeiro. Além disso, foi necessário a implementação de políticas que favorecessem a centralização dos fundos das empresas e das poupanças das famílias. Em outras palavras, o excedente das famílias alocados em poupanças e previdência somados aos lucros não reinvestidos das empresas favoreceu a acumulação de capital nas mãos dos chamados investidores institucionais (seguradoras, fundos de pensão, bancos) que centralizaram esses lucros na forma de ativos financeiros (divisas, ações, obrigações) e assim tornaram-se grupos consolidados de proprietários-acionistas de empresas e até grupos industriais por completo.

O autor aponta que é preciso pensar a financeirização através de processos. Portanto, como um processo possui fases, são sempre dinâmicos e simultâneos. O processo engloba tudo, relações de trabalho, espaço urbano, desejos de consumo criados e outros. É preciso entendê-los a partir a noção de ruptura e continuidade em um movimento dialético em espiral de totalidade aberta. O autor explica esse processo dividindo-o em etapas. Ele descreve que a centralização do capital se inicia nos Estados Unidos, nos anos 1950, inicialmente com as famílias ricas reinvestindo seus excedentes em títulos de seguros e posteriormente na década seguinte com a disseminação da política de assalariados, onde os trabalhadores eram obrigados a abrir contas nos bancos, o que fez o capital dessas instituições crescer e conseqüentemente ampliou-se as operações de crédito. Assim nasce a desregulamentação do mercado financeiro e a partir daí tem-se um aumento exponencial do poder dos bancos e das companhias de seguros.

Em seu livro, *a mundialização do capital*, Chesnais explica que a globalização teve uma grande aceitação pela mídia porque o termo carrega consigo uma ideia de que a economia está aberta e desregulamentada. Ele aponta que há diferenças entre os países no que se refere aos benefícios e malefícios desse modelo de globalização. Segundo ele, a internacionalização é

dominada mais pelos investimentos internacionais do que pelo comércio exterior, e portanto, molda as estruturas que predominam a produção e no intercâmbio de bens e serviços.

Segundo o autor, os mercados influenciam os governos, pois se acostumaram a receber determinados lucros explorando todas as possibilidades geradas por taxas de câmbio e que isso torna-se impossível manter uma faixa de taxa. Nos anos 90, fortes pressões foram exercidas sob os países para obter a total liberalização e desregulamentação dos mercados monetários financeiros. Com isso os operadores manipulavam a compra de títulos, a necessidade de desvalorização era previsível dado o elevado déficit comercial e a rápida redução das reservas oficiais. O legado dessa conta foi e continua sendo pago pela população que sofre com o descomprometimento dos capitais, com a fuga de grupos financeiros, causando um desmoronamento das economias, sobretudo em países emergentes, como México, Argentina, Japão e outros. A perda do poder aquisitivo, o fechamento de empresas fez a pobreza aumentar nesses países, recaindo a culpa sobre os próprios países, sem que os investidores assumissem a responsabilidade das crises geradas.

Para o autor, essa mundialização nascida dentro do contexto da liberalização econômica é marcada por uma carência de instâncias de supervisão e controle. As relações geopolíticas são feitas pelos investidores e são eles que determinam os níveis de participação dos países nas redes, o que interfere se caracteriza cada vez mais por uma ausência de soberania nacional. Obviamente, os países pioneiros que tiveram maior acumulação de capital no era industrial, hoje também estão situados na vanguarda das decisões do mercado financeiro. Ele destaca que existem três D que se constituem elementos essenciais da mundialização financeira: a desregulamentação monetária e financeira, a descompartimentação dos mercados e desintermediação, isto é, a liberdade de operações de crédito a todo investidor institucional. Desses, vale o destaque para a descompartimentação que se distingue interna e externamente. A primeira refere-se às funções financeiras e aos tipos de mercados (câmbio, crédito, ações e obrigações) e a segunda à abertura de mercado aos operadores estrangeiros na bolsa de valores.

Já o terceiro D, permitiu a desespecialização progressiva dos bancos, abrindo espaço para outros operadores financeiros realizarem empréstimos. Esse tipo de organização representa um exemplo de inovações financeiras, aponta Chesnais (2005). Todavia, o resultado dessa mundialização se deu de modo incompleto e imperfeito, forçando a abertura das economias de países emergentes que diante da pouca perspicácia em relação ao mercado, se inseriram em sistemas frágeis, alvos fáceis de ataques especulativos, ou seja, uma montanha russa de investimentos estrangeiros, causando choques financeiros causados pelas retiradas brutais de dinheiro investido, como o Japão no final dos anos 1990.

de problema provocado pela alta mobilidade do capital mascara os verdadeiros proprietários do capital. Os proprietários-acionistas que detêm os serviços da dívida pública e mandam nos governos os tornando devedores acabam influenciando nas decisões de repartição de rendas, da riqueza produzida, dos investimentos e do que é consumido. O autor defende que esses detentores de ações necessitam serem situados como proprietários externos à produção e não como credores.

Essa renomeação de seus papéis é fundamental para que se discuta o patrimônio e a riqueza acumulada por eles a partir dos rendimentos. Algo que o título de credor apaga, pois sem a cobrança de impostos, o sistema financeiro torna-se um paraíso para os rentistas. O sistema de créditos, principalmente internacional, funciona nesse caso como um mecanismo de captação de centralização da renda. A propriedade patrimonial cria direito de exploração de renda de formas, seja aluguéis, de aplicações na Bolsa, onde a finalidade não é o consumo e sim a renda. Isso faz com que o acionista minoritário consiga exercer o direito de propriedade onde ele emprega seu dinheiro, ou seja, visando a especulação ele consegue movimentar dinheiro em diferentes empresas, inclusive empurrando muitas que perdem investimentos para o precipício.

Nesse sentido, a financeirização pode ser resumida como um amplo processo decorrente do desenvolvimento histórico caracterizado por uma transformação sistêmica de fusão do capital bancário com o capital produtivo resultando em novas capacidades financeiras, expansão das atividades bancárias, bem como empréstimos familiares e incorporação da lógica financeira nas famílias, tanto como devedores como detentores de ativos.

Segundo Lapavitsas (2011) há três correntes teóricas na economia para entender esse processo. Na perspectiva marxista, a soma desses dois capitais alavancou a monopolização e oligopolização do mercado, o que gerou um excedente cada vez maior que não pôde ser absorvido pela esfera da produção resultando em estagnação. Para aliviar a estagnação houve o aumento do consumo improdutivo, isto é, a expansão do mercado financeiro. Em outras palavras, na medida que a produção estagnava, o capital buscava refúgio na circulação e nas atividades especulativas financeiras. Desse modo, segundo essa teoria a acumulação capitalista no século XX teria passado por três momentos: primeiro, desaceleração do crescimento; segundo, expansão das multinacionais monopolistas e terceiro, a financeirização. Desse modo, a tendência da queda na taxa de lucro explica a financeirização.

Ainda conforme o autor, na visão pós-keynesianista, o capital favorece os investimentos em finanças e não na produção. Criando assim duas classes sociais: os rentistas e os não rentistas. Os rentistas são parasitas, pois não investem na produção e sim preferem emprestá-la a outros.

para os regulacionistas, a desintegração do fordismo levou a um novo regime de regulação que começou a se formar em torno do mercado financeiro. É a abordagem que se desdobra em cima da relação entre empregadores e trabalhadores, onde o capital está desconectado das instituições. Nesse sentido, trabalho e emprego tendem a se tornar precários e efêmeros. Em contrapartida tem-se os modelos de negócios financeiros visando os interesses dos proprietários de ativos.

Lavinias (2020) explica que a financeirização aparece de diversas formas, a mais comum através de mercado de ações (bolsa de valores), por meio da securitização (agrupamento de dívidas em títulos), fundos públicos e privados e via Estado. Este promove as finanças através da bancarização e inclusão financeira viabilizada pelo crédito de consumo (financeirização da massa). Também pela mercantilização do campo social, por exemplo, saúde e educação, sucateando o público em benefício da esfera privada. E por fim, pelo que a autora denomina de *colateralização da política social*, que nada mais é que a transferência de renda, pensões e outras fontes disponíveis ao setor financeiro. Isto retira a exigência do setor financeiro de exigir ativos líquidos para fazer ofertas a grupos de baixa renda, permitindo a universalização da inclusão financeira que anda de mãos dadas com a transferência de renda, por exemplo, a medida de crédito consignado aliado ao programa *Bolsa Família* como forma de provimento do bem-estar como forma de garantia. Uma vez que a financeirização exige fluxos regulares de renda, essas políticas acabam garantindo isso aos bancos. Segundo a autora, o que chamamos de inclusão social, na verdade é um processo de monetização e inclusão financeira.

Essas áreas de atuação nos ajudam a visualizar os tentáculos da financeirização e sua estreita relação com políticas sociais e a presença dela em nosso cotidiano. A educação não escapa a essa dominação, para entender o desenrolar desse fenômeno é preciso salientar que ele decorre de um outro processo combinado chamado de *mercantilização da educação*, algo que ganha força primeiramente nos países centrais e depois alastra-se para o sul global. A lógica da organização deste sistema consiste em transformar tudo em mercadoria, nesse sentido a escola é coisificada e se torna mercadoria. Assim, os objetivos educacionais para construção do conhecimento envolvem também saberes voltados para manutenção da ordem sociometabólica do capital, e seus atores, os professores, por exemplo, trabalhando (inconscientemente ou indiretamente) para manutenção desta condição.

Conforme aponta Lavinias (2020), a expansão dessa lógica se deu por meio do neoliberalismo quando os organismos internacionais (BIRD e FMI) assumiram a liderança no apoio de um novo modelo de proteção social que tem como regra a austeridade em relação aos gastos públicos. Se até meados do século XX, serviços públicos eram inacessíveis a boa parte

da população, com a mudança de mentalidade encabeçada por estes atores, tem-se a universalização dos serviços essenciais como saúde, educação, habitação, água e outros, mas sem que fossem necessariamente fornecidos publicamente e gratuitamente.

Podemos dizer que a financeirização da educação é um processo que antes de tudo é induzido e estruturado com ajuda do Estado. A política de desoneração tributária, o financiamento reduzindo risco de crédito, os mecanismos de correção de preço dos serviços, o engessamento e congelamento de investimentos no setor público, a aprovação e flexibilização de leis trabalhistas e a expansão do ensino à distância formam um pacote de mudanças estruturais implementadas nos últimos anos através do Estado que colaboraram com a formação de oligopólios na educação básica.

Como aponta Bressan (2019), essa influência se expande na educação brasileira a partir dos anos 1990 por meio de mudanças jurídicas, o que operacionalizou a existência de um setor privado com fins lucrativos no país. Quando a estrutura da propriedade muda, isto é, quando as empresas abrem capital em bolsa, inaugura-se uma nova etapa no capitalismo. A partir daí este movimento se complexifica por meio do fortalecimento e da expansão de grupos locais, regionais e nacionais através de expansão de escolas, parcerias e fusões, holdings até chegar à dominância feita pelos fundos (internacionais) que compram parcelas significativas dessas empresas e passam a acompanhar detalhadamente o funcionamento e a elaborar estudos sobre a potencialidade de multiplicação de lucros, além de investirem em marketing e preparar processos de lançamento de ações ou de capitalização (valorização fictícia), podendo inclusive abandonar o setor quando este não for mais rentável no futuro.

Segundo Carvalhaes et al. (2022) o acirramento do mercado de trabalho torna a educação um meio para uma possível ascensão social. Nesse sentido, o aumento da procura para cursos de ensino superior diante de uma relativa ascensão de uma classe média através da escolarização superior, sobretudo, a partir dos anos 1990, reestruturou a educação por meio de limitações no investimento estatal na educação pública, recriação de crédito estudantil e reestruturação das empresas do setor, que passam a lançar suas ações em bolsas de valores a partir dos anos 2000.

A partir desse lançamento em Bolsa, uma estratégia para garantir maiores ganhos para o mercado foi operar principalmente através de fundos, que são uma espécie de condomínio de investidores, pois reúnem recursos em conjunto. Os fundos financeiros tornaram-se um mecanismo extremamente eficiente para captar os excedentes da economia nacional e investir em ativos financeiros, mercado de câmbio, seguradoras e no circuito financeiro global. Há uma fusão dos fundos com o sistema bancário. Há fundos divididos em cotas para investimentos e outros que são abertos. Atualmente, eles concentram uma boa fatia desse capital financeiro, e tornaram-se tão potentes em recolher os excedentes da

economia porque o dinheiro para ser investido em capital financeiro tem origem no capital produtivo que se baseia na economia de circulação, troca e venda de mercadorias. No momento de crescimento econômico o capital é investido no território. Já no momento de crise, o capital financeiro se valoriza. Só se investe em ativos reais em uma moeda periférica se há estabilidade e garantias de lucros (LAVINAS et al., 2020).

Os fundos financeiros permitiram que essa lógica ocorresse através de mecanismos de facilitação da mobilidade do capital. Trata-se de um movimento tanto horizontal quanto vertical, porque escalonam e captam uma grande quantidade de investidores no mundo todo e ao mesmo tempo controlam uma série de setores da economia.

Desse modo, ao mesmo tempo que há uma centralização do capital, há uma despersonalização, pois não se sabe quem são os donos do dinheiro e tampouco das empresas, decorrente da mudança na forma de propriedade. Nesse sentido, há uma redução das empresas Ltda e ascensão das S.A. e isso impacta diretamente na dificuldade de estabelecer negociações trabalhistas, por exemplo. Existe um dono, mas o fundo esconde a propriedade do fundo. Pessanha (2021) aponta que o problema não é o fundo em si, pois ele pode ser eficiente (dentro da lógica financeira) na medida que se for soberano pode ser investido em infraestrutura, projetos de geração de trabalho e renda, por exemplo, embora não necessariamente gere apenas impactos positivos. Todavia, o que acontece é que ele permite aos fundos privados investimentos a curto prazo especulativos, já que são desenraizados e possuem alta mobilidade, o que impacta todo um setor, mercado ou país.

Para Pessanha (2021) os fundos fazem dois movimentos: valorização e capitalização, recolhendo os excedentes para fazer os investimentos, o que o autor chama de capital helicoidal. Podem sair de um setor para outro com facilidade e depois retornar comprando os ativos com valor inferior. Fundos de pensão, por exemplo, que são oriundos da renda do trabalho, ou seja, dinheiro que é fruto de produção local, se une em um único cesto do sistema financeiro global. A poupança, por exemplo, sofre uma mudança na intermediação, pois os excedentes das famílias e das empresas que antes era feito pelos bancos para investir em papéis, hoje é feito pelos fundos que investem em mercado de capitais, setores de energia, imobiliário etc. por meio do crédito e depois esse valor retorna para os investidores. Assim, o sistema de crédito libera dinheiro das poupanças e devolve esse dinheiro à circulação.

O grande problema é que a permissão para criação de dinheiro com a finalidade de gerar mais dinheiro sem passar pela produção tem gerado uma espécie de caixa de pandora, onde o sistema financeiro passa a buscar lucro constante e torna-se uma potência por si só, colocando o sistema financeiro no topo dessa “cadeia produtiva”. Assim os bancos não servem mais às pessoas e sim o contrário. O que dificulta muito a ação do Estado para restringir essas ações financeiras é o poder de decisão dado aos acionistas que não atende aos interesses da maioria. Tem-se, portanto, um efeito cíclico porque na ponta da produção a redução de gastos e a expropriação de direitos trabalhistas viram uma regra para obtenção de lucros aos acionistas, o que ocasiona a redução dos excedentes das famílias

gerando aumento do endividamento das mesmas e garantia de altos lucros para favorecer uma determinada classe que pode investir.

A partir disso, nota-se que a expansão dos fundos segue uma tendência de crescimento e complexificação diante dos ganhos que proporciona se comparado ao mercado de ativos reais. Isso caracteriza um capital desterritorializado conforme explica Harvey (1992) no qual a instantaneidade se torna o modus operandi do processo de acumulação. Agora, como domesticar esse sistema que se expande sem lastro real? Para o autor esse é o sonho financeiro: operar sem rugosidades. Segundo ele, a rentabilidade dos fundos esbarra nos interesses dos trabalhadores, reformas trabalhistas ou da previdência, por exemplo, visam o aumento da lucratividade dos ativos cujos donos são os fundos. A terceirização, a flexibilização do trabalho são importantes para esse lucro.

Desse modo, as consequências aparecem no trabalho, na economia, no território na forma de extração da renda, na precarização, na espoliação, na expropriação de terras, afetando a base da pirâmide social. O fundo consegue influenciar as ações governamentais, muitas vezes influencia a escala do Estado através de subsídios e isenções fiscais, facilidade de licenciamento federal, gerando guerra de lugares, por exemplo, dentre diversos outros impactos.

Bressan (2019) ressalta que a financeirização da educação brasileira iniciada nos anos 1990 no ensino superior migra para a educação básica diante da acumulação, sobretudo após 2015. A ajuda do Estado foi fundamental, através da transferência de recursos do setor público para o favorecer o privado, como os fundos públicos como o FUNDEB, e os programas para financiamento do ensino superior privado, como o FIES e o PROUNI, a educação torna-se um setor altamente lucrativo na Bolsa.

Bressan (2019) explica que o repasse direto de recursos públicos para o setor privado, através do FIES, do Programa Universidade para Todos (PROUNI) na primeira década dos anos 2000 e agora com o novo FUNDEB proporcionou um ganho duplo para essas empresas, pois elas recebiam a mensalidade cheia mensalmente por meio de repasses do governo por meio de títulos da dívida pública e em tese boa parte desse valor retornaria em impostos, porém com a criação do PROUNI essas instituições privadas ficaram isentas de diversos impostos, o que levou o governo a ter que recomprar os títulos da dívida e isso permitia as empresas um duplo lucro, pois revendiam a valores maiores do que quando os recebiam.

Algo que resultou em um pequeno ganho real social diante do volume investido, pois a PNAD dos últimos anos mostra que houve um aumento do desemprego entre os qualificados no país. Além disso, o fortalecimento do setor colaborou com uma enorme degradação das condições de trabalho dentre os docentes e da própria qualidade do que é ensinado, isto é, fortaleceram uma educação mercantilizada.

As tecnologias também contribuíram para a financeirização da educação básica, trata-se da plataformação, que embora não tenham iniciado suas atividades no setor educacional hoje se alastra para todos os ramos. A valorização das empresas de aplicativos é um fenômeno global do mundo atual. Se a onipresença das plataformas digitais na rotina de uma parcela cada vez mais relevante da população não é novidade, seu poderio econômico nunca foi tão significativo, e tão disseminado. Elas conectam força de trabalho com consumidores, porém com pouquíssimos custos operacionais. E atualmente absorvem um montante gigantesco de trabalhadores por meio de seus aplicativos para obter renda, porém sem grandes custos e sem responsabilização no que se refere aos direitos trabalhistas.

Essas empresas quase não produzem conteúdo, mas conectam usuários e utilizam materiais criados pelos próprios professores para si através da venda de acessos. E assim, parecem ter encontrado uma fórmula muito próspera para enriquecer, pois possuem baixos custos e lucram em cima da extração de mais valia sem comprometer-se custos de mão de obra. Elas possuem grande valor de mercado porque o controlam através da extração de dados e induzem ao aumento do consumismo. Tornam-se controladoras do modo de produção, pois não só facilitam o trânsito dos ativos financeiros, mas também facilitam a circulação dos ativos reais.

A pandemia do COVID-19 fez aumentar o número de desempregados e o de filiados a esses aplicativos. Na educação as edu-techs, empresas inovadoras na área de apps e plataformas, cresceram cerca de 130% só no Brasil em e têm previsão para crescer 17% em todo o mundo, segundo VISOTTO (2020). Eles apontam como causas para explosão e corrida de investimentos a necessidade de adaptação das escolas ao meio digital durante a pandemia e o aumento do número de professores desempregados que passaram a utilizar plataformas digitais como meio de conseguir alguma renda. Além disso, os gestores dessas empresas apontam a educação à distância (EAD) como o futuro próximo do ensino básico no Brasil, seguindo os mesmos passos que essas empresas fizeram anteriormente no ensino superior e assim reduziram seus custos, embora ainda haja muita resistência por grande parte da sociedade quanto a isso, pois a escola presencial ainda é uma necessidade dos pais para a própria existência da jornada presencial de trabalho. Na medida em que o homeoffice se popularizar, esse valor pode mudar.

Mediante a tal promessa de crescimento, temos a atração de investimentos para o setor beneficiando grandes grupos e favorecendo o fortalecimento dos conglomerados. Como aponta Bressan (2019), considerando que 76% dos alunos de curso superior estão no privado, a virtualização, por exemplo, foi um meio para obtenção de altos lucros, pois ela proporcionou alcance em escala nacional, e contou com pouca concorrência do setor público, já que sua atividade se encontrava fortemente ligada ao ensino presencial, isto é, com alcance geográfico limitado.

Em suma, nota-se que a financeirização da educação faz parte de um movimento maior que é global e está disseminado em diversos outros serviços. E cada vez mais ela desvincula-se da ideia de prover serviços e aproxima-se somente da obtenção do lucro. Não é somente a lógica tradicional do sistema financeiro de deixar de investir no real para transferir capital para o financeiro que rege a educação hoje,

mas há em curso em um movimento substancial de aquisições e fusões por meio da concentração de capitais, daí a tendência de oligopolização, o que pressupõe um impacto amplo que vai desde a esfera política, através de políticas públicas ao controle do que pode ser ensinado.

Com base nos autores estudados, pode-se dizer que a financeirização da educação brasileira tem como características o alto endividamento dos estudantes, o baixo risco para investidores, o grande número de propriedades ou unidades escolares, o alto índice de lucratividade advinda da expansão do ensino à distância, a baixa qualidade do ensino, o agravamento da exploração do trabalho, o baixo retorno individual por meio da dificuldade de obtenção de empregos, o reforço à desigualdade social e o esvaziamento do pensamento crítico advindo da escolarização.

Desse modo, como a pesquisa ainda se encontra em andamento, não há resultados conclusivos, porém a partir das bibliografia estudadas pode-se apontar como hipótese preliminar que a mercantilização advinda sobretudo do sistema financeiro e da ação do Estado, não gerou benefícios sociais para o país seja pela degradação laboral docente, pela dificuldade de retorno em forma empregabilidade dos estudantes que terminam o ensino médio e o superior, seja pelo esvaziamento dos objetivos da educação democrática cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas questões, torna-se importante pensar os rumos da educação sob domínio do mercado financeiro. Sabe-se que seguindo a trajetória de outros setores que passaram pelo mesmo processo, os resultados dessa liberalização foram desastrosos em diversos aspectos, causando desemprego e subemprego em massa, fuga de capitais em períodos de crise, redução da qualidade. É preciso salientar que embora os investidores apontem o setor educacional brasileiro como próspero devido ao grande número de pessoas em idade escolar e por conta dos benefícios e financiamentos concedidos pelo Estado, o país passa por uma pauperização da população causada pelo aumento do custo de vida, pelo desemprego estrutural, pela expansão da uberização, da flexibilização do trabalho, da reestruturação industrial, da reprimarização da economia, da hipertrofia do setor terciário, do empreendedorismo, da epidemia da informalidade e da dificuldade de absorção da mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

Além disso, deve-se contar com o processo de envelhecimento populacional que já está provocando o fechamento gradual de escolas, o que tende a se acentuar. Nesse sentido, diante dos breves apontamentos feitos nessa pesquisa pode-se dizer que o crescimento das edu-business no país terá seu tempo limitado. Desse modo, devemos pensar qual é o legado que essas transformações estão deixando e deixarão caso esse capital fluido financeiro se desloque para outros segmentos ou países?

Sabe-se que o compromisso dessas empresas é prioritariamente a obtenção de lucros, não medem consequências. É preciso um amplo debate acerca do modelo que se desenha nessa disputa em que a educação se encontra. É necessário recuperar a educação resgatando o seu valor e potencial intrínseco de transformação social para que não se torne apenas um paraíso para investidores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Boitempo: 1999.

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BONIZZI, B.; KALTENBRUNNER, A.; POWELL, J. Subordinate Financialization in Emerging Capitalist Economies. In: Mader, P.; Mertens, D.; Zwan, N. (Eds.) The Routledge International Handbook of Financialization. London: Routledge, 2020.

BONIZZI, Bruno. 2014. Financialization in Developing and Emerging Countries. A Survey. International Journal of Political Economy, vol. 42, no. 4, Winter 2013– 14, pp. 83–107.

BRESSAN, L. Financeirização na Educação Superior Privada: uma análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 56, 2020.

BRUNO, M. A. P. Crescimento Econômico, Mudanças Estruturais e Distribuição: as Transformações do Regime de Acumulação no Brasil - uma análise regulacionista. Tese de Doutorado (IE/UFRJ), 2015.

BRUNO, M. A. P.; CAFFÉ, R. 2015. “Indicadores Macroeconômicos de Financeirização: Metodologia de Construção e Aplicação ao Caso do Brasil.” In *População, Espaço e Sustentabilidade - Contribuições para o Desenvolvimento do Brasil*, edited by Miguel Bruno. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)/IBGE.

BRUNO, Miguel, Hawa Diawara, Eliane Araújo, Anna Carolina Reis, and Mario Rubéns. Finance-Led Growth Regime no Brasil: Estatuto Teórico, Evidências Empíricas e Consequências Macroeconômicas. *Revista de Economia Política*, 31 (5), p. 730– 50, 2011.

CARVALHAES, F., C. MEDEIROS, C. T. SANTOS. 2022. Higher education expansion and diversification: privatization, distance learning and market concentration in Brazil, 2002-2016. *Higher Education Policy*, Springer (on-line)

CHESNAIS, François. A mundialização do Capital, 1998.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, 2005.

Disponível em: capital-portador-de-juros-franc3a7ois-chesnais.pdf. Acesso em: 13 mar.2022.

EQUIPEINFOMONEY, 2021. Cogna chega finalmente a acordo sobre troca de ativos com Eleva e reforça participação em sistemas de ensino. 23/02/2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-chega-finalmente-a-acordo-sobre-troca-de-ativos-com-eleva-e-reforca-participacao-em-sistemas-de-ensino/> Acessado em 30/07/2022

FINE, Ben; BAYLISS, Kate (2021) A Guide to the Systems of Provision Approach: Who Gets What, How and Why. Cham: Palgrave Macmillan.

FINE, Ben. 2013. “Towards a Material Culture of Financialization.” Working Paper Series No. 15. United Kingdom: FESSUD.



FINE, Ben. 2013-14. Financialization from a Marxist Perspective. *International Journal of Political Economy*, vol. 42, no. 4, Winter 2013-14, pp. 47-66

Fine, Ben (2021) 'Situating PPPs', in J. Gideon and E. Unterhalter (eds) *Critical Reflections on Public Private Partnership*, pp. 26-38. London and New York: Routledge.

FINE, Ben. 2021. 'Situating PPPs', in J. Gideon and E. Unterhalter (eds) *Critical Reflections on Public Private Partnership*, pp. 26-38. London and New York: Routledge.

FINE, Ben. 2014. "The Continuing Enigmas of Social Policy." Working Paper 2014-10. Project "Towards Universal Social Security in Emerging Economies." Geneva: UNRISD.

FINE, B. Neoliberalism: it's financialisation, stupid. *Theory & Struggle* 120, p. 2-5, 2019.

FINE, B. Neoliberalismo, financeirização e capitalismo contemporâneo. *Revista Rosa*, n. 3(1), 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/neoliberalismo-financeirizacao-e-capitalismo-contemporaneo>.

FINE, B.; SAAD-FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. *Critical Sociology*, 43(4-5), p. 685-706, 2016.

Harvey, David. (1992). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural e Teorizando a Transição*. São Paulo: Loyola.

JACOB, Vera Lúcia Chaves. Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A Formação Dos Oligopólios *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

LAPAVITSAS, C.; SOYDAN, A. Financialisation in Developing Countries: Approaches, Concepts, and Metrics. SOAS Department of Economics Working Paper no. 240, 2020.

LAPAVITSAS, Costas. 2009. Financialisation Embroils Developing Countries. *Research on Money and Finance Discussion Papers*, Discussion Paper n. 14, University of London, SOAS.

LAPAVITSAS, Costas. 2011. Theorizing Financialization. *Work, Employment and Society*, 25(4), 611-626.

LAPAVITSAS, Costas. 2012. Financialized Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. In *Financialisation in Crisis*. Lapavitsas C. (editor), Leinde-Boston: Brill, 2012, p. 15-50.

LAVINAS, L. The XXI Century Welfare, *New Left Review* 84, 5-40, 2013.

LAVINAS, L. *The takeover of social policy by financialization: The Brazilian paradox*. New York: Palgrave MacMillan, 2017.

LAVINAS, L. The Collateralization of Social Policy under Financialized Capitalism. *Development and Change*, 0(0):1-16, 2018.

Lavinas, L. 2020. The Collateralization of Social Policy by Financial Markets in the 'Global South' in P. Mader; D. Mertens and N. Van der Zwan (eds) *The Routledge International Handbook of Financialization*, pp. 312-323. London and New York: Routledge.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. A. P. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. *Texto para Discussão, IE-UFRJ*, 2017.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; GENTIL, D. Brazil: stock markets now driving financialization? *Texto para Discussão IE/UFRJ n° 026*, 2021.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, dossiê especial, 2018.

LAVINAS, L. BRESSAN, L. & RUBIN P. 2022. 'Brasil: Como as Políticas de Enfrentamento da Pandemia Inauguraram um Novo Ciclo de Endividamento Familiar' in A. Singer; C. Araujo and F. Rugitsky (eds) *O Brasil no Inferno Global: Capitalismo e Democracia Fora dos Trilhos*, pp. 249-292. São Paulo: FFLCH/USP..



LAVINAS, L.; E. ARAUJO & P. RUBIN. 2022. Cross-Links Between Income Schemes and Household Debt: redefining the role of social policy amidst restructuring crisis. Mimeo. Paper Apresentado na XV Encontro Internacional da AKB, 2022.

LAVINAS, L.; BRESSAN, L.; RUBIN, P.; CORDILHA, A. C. 2022. The financialization of social policy: an overview. Instituto de Economia- UFRJ, Texto para Discussão n.OAX.

LARGEST EDUCATION COMPANIES BY MARKET CAP. Companiesmarketcap, Julho/2022. Disponível em: <https://companiesmarketcap.com/education/largest-education-companies-by-market-cap/> Acesso em 30/07/2022

MONTANI MARTINS, N. Teorias da Financeirização: Instituições, Crescimento e Crise. In: LAVINAS, L.; GONÇALVES, G. L.; MONTANI MARTINS, N. (Orgs.) Financeirização: Crise, Estagnação e Desigualdade, no prelo, 2022.

PALLEY, Thomas I. 2007. Financialization: what it is and why it matters. The Levy Economics Institute and Economics for Democratic and Open Societies. Working Paper, n. 525, Washington D.C.

PALLEY, T. *Financialization: The Economics of Finance Capital Domination*. Palgrave Macmillan, 2013.

PALLEY, T. Financialization revisited: the economics and political economy of the vampire squid economy. PKES Working Paper 2110, jul. 2021.

PEREZ, Fabíola. Gigantes da educação. 26/04/2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/294090-GIGANTES+DA+EDUCACAO/> Acesso em 30/07/2022

PESSANHA, Roberto Moraes. Capitalismo sob a hegemonia financeira e o poder no Brasil, Espaço e Economia [Online], 2021, Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoconomia/19705>. Acesso em 30/jul/2022

SOTIROPOULOS, D.; HILLIG, A. Financialization in Heterodox Economics. In: Mader, P.; Mertens, D.; Zwan, N. (Eds.) *The Routledge International Handbook of Financialization*. London: Routledge, 2020.

VAN DER ZWAN, Natascha. 2014. "Making Sense of Financialization." *Socio-Economic Review* 12: 99–129.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TUNES, Regina. Geografia e Inovação. Questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In GOMES; TUNES; OLIVEIRA. *Geografia da Inovação. Território, redes e finanças*. RJ, Consequência, 2020.

VISOTTO, Kauana. Setor das edutechs cresceu 130% com o início da pandemia. Ndmais.com. 21/08/2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/tecnologia/setor-de-edutechs-cresceu-130-com-o-inicio-da-pandemia/> Acessado em 30/07/2022